DA CRISE ECONÔMICA AO NEODESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE CONTEMPORÂNEO

DE LA CRISIS ECONÓMICA AL NEO-DESAROLLISMO BRASILEÑO: CONTRIBUICIÓN PARA EL DEBATE CONTEMPORÁNEO

FROM ECONOMIC CRISIS TO BRAZILIAN NEW DEVELOPMENTALISM: A CONTRIBUTION TO THE CONTEMPORARY DEBATE

CÁTIA ANTÔNIA DA SILVA[1]*

Resumo: Adquiriu capital importância o debate a respeito da crise pela qual se assinalou a economia do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, pois os meios de comunicação e a literatura acadêmica amplamente o difundiram. O modo de ver a crise como estando relacionada à ordem da globalização ou a alguma desordem do capitalismo teve a anuência de intelectuais, gestores e políticos, e converteu-se em formulações, projetos e ações para superar a crise econômica brasileira mediante estratégias destinadas a integrar o Brasil ao contexto da globalização. De tais estratégias acompanharam-se discursos, muitos com forte conteúdo emocional, que se baseavam na crença de que os investimentos estrangeiros garantiriam a geração de empregos e de renda para o país. Na década de 2000, surgiram processos modernizantes que vêm originando um novo modelo de desenvolvimento no território nacional, segundo têm mostrado os indicadores de produção e os níveis de investimento. O presente artigo analisa os referidos discursos no contexto da crise da década de 1990 e reconhece algumas estratégias de inserção do país como uma potência econômica que emerge, bem como os impactos territoriais da modernização em curso, na década de 2010.

Palavras-chaves: crise, desenvolvimento, espaço brasileiro, modernização.

Abstract: Of central importance became the public debate surrounding the crisis by which Brazil's economy was marked in the 1980s and the 1990s, for the media and the academic lite-

1 Seção local AGB-Niterói. Docente associada do Departamento de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em História Social (FFP-UERJ). E-mail: catia.antonia@gmail.com

Terra-Livre-39.indd 95 22/07/2014 17:55:42

rature used to render the debate widely spread. The view that the crisis related to globalisation or to some disorder in capitalism was adhered to by intellectuals, administrators and politicians, and it turned into formulations, projects and actions to overcome the Brazilian economic crisis by adopting strategies meant to integrate the country into the context of globalisation. Along with such actions there came ideological discourses which, often with a strong emotional content, were based on the belief that foreign investment would guarantee job and income creation to Brazil. In the 2000s, modernising processes arose which have stamped a new development pattern on the national territory, as production indicators and investment levels show. This article analyzes the discourses in the context of the 1990s crisis and recognizes some strategies for inclusion of the country as an economic power that emerges and territorial impacts of the ongoing modernization in the late 2010s.

Key words: crisis, development, Brazilian space, modernisation**.**

Resumen: Si hizo de la mayor importancia el debate acerca de la crisis por la cual se caracterizó la economía de Brasil en las décadas de 1980 y 1990, pues lo difundían ampliamente los medios de comunicación y la literatura académica. El parecer de que la crisis se relacionaba con la globalización o con algún problema del capitalismo fue acogido por intelectuales, gestores y políticos, y se convirtió en formulaciones, proyectos y acciones para vencer la crisis económica brasileña mediante estrategias destinadas a integrar a Brasil en el contexto de la globalización. Estas acciones se acompañaran de discursos que, muchos con fuerte contenido emocional, se basaban en la creencia de que los investimentos extranjeros garantizarían al país la creación de empleo y de renta. En la década de 2000 surgieron procesos modernizantes que están imprimiendo al territorio nacional un nuevo modelo de desarrollo, según muestran los indicadores de productividad y los niveles de investimento. Este artículo analiza los discursos en el contexto de la crisis de 1990. Reconoce algunas de las estrategias para la inclusión del país como una potencia económica que emerge y los impactos territoriales de la modernización en curso a finales de 2010.

Palabras-clave: crisis, desarrollo, espacio brasileño, modernización.

> *O mundo – não somente o nosso – está fragmentado. Porém não cai aos pedaços. Refletir me parece uma das principais tarefas da filosofia de nossos dias.*
>
> Cornélio Castoriadis (*Advertências* - Paris, dezembro de 1989)

INTRODUÇÃO

O Brasil vive, na década atual, um momento histórico sem precedentes, que tem como marco o ano de 2010, quando o seu produto interno bruto (PIB) ul-

Terra-Livre-39.indd 96 22/07/2014 17:55:42

trapassou os de países como Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Mediante este contexto, certamente, o que precisamos discutir é o significado do crescimento da riqueza socialmente produzida. Desse modo, o presente artigo realiza uma reflexão acerca do debate sobre a crise da economia, ocorrido nas décadas de 1980 e 1990, e analisa a percepção, nas décadas de 2000 e 2010, da manifestação concreta do desenvolvimento, a partir da análise do produto interno bruto nacional.

Nas décadas de 1980 e 1990, o debate sobre a crise da economia brasileira adquiriu grande centralidade devido às reflexões vindas da literatura acadêmica, principalmente a econômica, e à sua veiculação na mídia nacional. A evocação da crise, associada à globalização ou à desordem do capitalismo, penetrou no senso comum, lastrando o consenso alcançado entre economistas e outros cientistas sociais. Entretanto, as análises mais profundas da própria natureza da crise eram de difícil realização, porque se confundia facilmente a compreensão analítica com discursos ideológicos, muitos de forte conteúdo emocional. Na etapa precedente à do "crescimento econômico", segundo os indicadores de produto interno bruto nacional e de grau de investimentos, os discursos apareciam como continuidade da crise, mas então sob o debate da crise internacional europeia, quando o Brasil surgia como a "possibilidade emergente", passível de contribuir com recursos aos países europeus abatidos pela crise.

Neste sentido, torna-se relevante a realização de uma reflexão das conjunturas econômicas, ideológicas e políticas sobre a problemática da crise na economia brasileira, nos períodos 1980-1999, inserida em seu contexto real-concreto e orientada por uma visão interpretativa que inclua a problemática do espaço e como esse discurso se conforma na secularização – projeto de futuro para a inserção do país na globalização, o que se torna ação "bem-sucedida" (ou seja, de real resultado de atração de investimentos internacionais e aumento da renda nacional), mas evidente na segunda metade da década de 2000 e na década de 2010, em andamento.

A finalidade, portanto, do presente texto é contribuir para a compreensão atual da emergência do Brasil frente à globalização, diante do *boom* de desenvolvimento, e tendo como referência a construção do projeto fundado no debate da crise na economia brasileira contemporânea, nos anos 1980 e 1990. Deste modo, o artigo apresenta três seções: a primeira se refere à contextualização da crise brasileira contemporânea instalada em meados da década de 1970 e aprofundada nos anos 1980-1990. Com esta contextualização, sistematizaremos interpretações da crise e formulações para o seu equacionamento, que consistem em projetos (intenções e práticas) de modernização. Intencionamos

Terra-Livre-39.indd 97 22/07/2014 17:55:42

discutir a modernização, nos limites deste artigo, buscando contribuir para a compreensão da verdadeira face da crise brasileira.

Na segunda seção, para o melhor entendimento da natureza da crise e do processo de modernização a ela articulado, faremos uma reflexão sobre o espaço geográfico como indispensável à interpretação do real-concreto brasileiro e como referência teórico-metodológica necessária ao desvendamento da crise e das ações efetivas da modernização no território nacional. E, na terceira e última seção, demonstraremos como o tempo presente (2010-2011) é fruto de ideologias, ações e práticas plantadas nos períodos antecedentes, tendo sido a década de 1990 marcada por fortes reformas, mutações e consolidações que criaram um novo formato de leitura da crise como transição e de concepção de desenvolvimento.

A CRISE NA ECONOMIA BRASILEIRA E O DEBATE INTELECTUAL: A CONSTRUÇÃO DO FUTURO

A conceituação da crise na economia tem sido realizada, no contexto internacional, a partir de diferentes orientações teórico-metodológicas que vão desde aquelas que se apóiam em modelos elaborados sobre o funcionamento do sistema capitalista, como as análises de Schumpeter (1982 – publicada pela primeira vez em 1911, na língua alemã) e de Keynes (1936) sobre a crise da economia, até as interpretações críticas de orientação marxista, conduzidas pela possível destruição do modo de produção capitalista e emergência potencial de outro modo de produção (Corazza, 1986; Chesnais, 1998; Domingues, 2003; Harvey, 1992).

Essas orientações, em geral, conforme ensinou Habermas (1980), consideravam a crise econômica como uma crise sistêmica decorrente da incapacidade do sistema capitalista de resolver as suas contradições de forma a permitir a sua contínua reprodução. Quando alterações estruturais são reconhecidas por diferentes agentes, sendo identificados riscos de anomia e ameaças à identidade social, estabelece-se o denominado "estado de crise". A crise possui, portanto, duas dimensões: uma real-concreta, vinculada à desintegração das instituições sociais, e a segunda, referente à dimensão discursiva da crise, em que os agentes elaboram a sua interpretação/representação, ou seja, a construção lógico-ideológica da crise orientada por argumentos e propostas de solução concebidos com base em modelos e abordagens econômicas (Habermas, 1980). A análise da crise, portanto, tem como pressuposto orientador, de um lado, os

Terra-Livre-39.indd 98 22/07/2014 17:55:42

processos concretos de ruptura e a destruição de um sistema social, e, de outro, as representações e projetos dos agentes sociais sobre alterações concretas e interpretativas acerca da disfunção da estrutura econômica.

No Brasil, a percepção da crise econômica foi verificada a partir de meados da década de 1970 e aprofundada nos anos 1980 e 1990. É importante salientar que os elementos definidores da crise, propostos pelos economistas, se apóiam, geralmente, em abordagens macroeconômicas e na verificação de variações conjunturais nos indicadores de desempenho da economia: produto interno bruto, balanço de pagamentos, taxas de controle de câmbio, taxa de emprego e renda, entre outros (Belluzzo,1996; Furtado, 1998; Silva, 1994). Deve-se perceber que a análise macroestrutural da crise tende a identificá-la como expressão do sistema econômico, partindo do pressuposto de que seus elementos constituintes são responsáveis por processos mais amplos. Um exemplo disto é a crítica, feita pelos economistas e sociólogos, em relação às políticas adotadas para o controle da inflação que atravessaram boa parte do período de crescimento econômico (anos 50-1975) e que continuaram até o início da década de 1990, quando os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique implementaram o controle da inflação sem engendrarem o crescimento da economia.

Os anos 1980 e 1990, neste sentido, são reconhecidos como um período de agudização da crise da economia brasileira, já que o crescimento macroestrutural foi mais lento, aprofundando as contradições criadas nos períodos de crescimento anteriores (década de 1960 e primeira metade da de 1970).[2] É interessante verificar que esta análise vinha acompanhada imediatamente de interpretações e buscas por soluções, conforme veremos adiante, o que, em princípio, contrariava o caráter abrangente e hegemônico das interpretações sistêmicas que a sustentariam. Analisando mais especificamente os anos 1980, este são apontados, pelos economistas internacionais e nacionais, como a "década perdida" por terem se caracterizado pela articulação entre inflação e estagnação econômica, confirmada pelos indicadores econômicos e a redução da taxa geral de mais-valia (Silva, 2002). No caso brasileiro, além disso, ocorreram sucessivas desvalorizações da moeda que se articularam com os limites apresentados pela inovação do país na competitividade internacional, impedindo o avanço do desenvolvimento científico e tecnológico. O diagnóstico da crise,

2 Esta crise econômica foi, segundo Egler (1993, 1996), uma crise de um padrão de financiamento que havia sido adequado ao processo de substituição de importações, mas que não dava conta dos novos requerimentos da economia brasileira devido à diversificação da estrutura produtiva e à ampliação do mercado doméstico.

Terra-Livre-39.indd 99 22/07/2014 17:55:42

realizado por economistas e outros analistas, recomendava a inserção do país no novo padrão das formas de produção e de trabalho, isto é, no denominado pós-fordismo (Velloso, 1990a, 1990b, 1990c).

A crise brasileira da década de 1980, neste contexto, era vista de forma privilegiada, a partir dos seguintes ângulos: 1) a questão inflacionária, contraditoriamente associada aos investimentos na industrialização, e; 2) a dificuldade de inserção do país nos novos rumos do capitalismo, estabelecidos com a lógica da produção pós-fordista, engendrada pelas tecnologias de informatização e de automação e pelas novas formas de organização do trabalho. O chamado paradigma pós-fordista implicava na análise da busca do aumento da produtividade e da competitividade e na alta qualidade, segundo os parâmetros das ISOs (Qualidade Internacional), e da flexibilização da produção (Silva, 2002). Neste sentido, a inspiração da vertente modernizadora dos economistas brasileiros enfatizava a necessidade de adequação do país ao novo paradigma produtivo, apontando, simultaneamente, para o controle da inflação, este tomado como estratégia a ser preservada na retomada do crescimento econômico brasileiro. Estas análises, realizadas no final da década de 1980 e no início dos anos 1990, apontavam, portanto para a indispensável inserção do país na modernização decorrente da atual fase do capitalismo, marcado pelo pós-fordismo e pela globalização. No que se referia à transformação da relação Estado-economia, economistas de orientação (neo)liberal propunham a reforma do Estado, com ajuste fiscal, privatizações de empresas, enxugamento do gasto público-social e reforma administrativa (Furtado, 1998; Oliveira, 2009).

Neste período, foram vários os esforços realizados pelos analistas da crise, com base em diferentes orientações político-analíticas (visões críticas ou conservadoras), para inserir o país na atual fase do capitalismo. Entre estes esforços, destacou-se a realização do Fórum Nacional "Ideias para a Modernização do Brasil".[3] Entre as diferentes questões apresentadas, neste evento, foram feitas referências ao fato de que a crise brasileira não se limitava à crise econômica, embora esta constituísse sua manifestação mais visível e dramática. Nestas referências, foi reconhecido o caráter abrangente da crise brasileira, que teria raízes na modernização incompleta do país, experimentada no período 1950-1980. Foi discutido também o paradoxo modernização-crise, apreendido pelos

3 Este evento ocorreu no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na cidade do Rio de Janeiro, de 23 a 25 de novembro de 1988. Deste encontro participaram cerca de 60 economistas e 15 sociólogos e cientistas políticos, de diferentes tendências políticas e abordagens econômicas, que discutiram e apresentaram propostas para a superação da crise econômica e a modernização da sociedade brasileira.

Terra-Livre-39.indd 100 22/07/2014 17:55:42

limites existentes ao dinamismo da economia, responsáveis pela estagnação e pelo processo inflacionário. Foram indicadas, ainda, as distorções do caráter desigual da trajetória social e a ausência de modernização política, no período em que a sociedade brasileira teria se transformado numa sociedade marcada pela cultura do consumo de massa.

Com a finalidade de retomar-se o crescimento econômico e de tentar resolver o déficit público, foram elaboradas diferentes proposições. Entre estas, podem-se destacar:

1. sobre a modernização política e a reforma do Estado, apontou-se como indispensável o controle do gasto público, sendo analisadas questões relativas à pós-constituinte e ao dilema político-institucional. Foram propostos um novo modelo de Estado e a modernização da administração pública, sendo vinculadas as empresas estatais ao "desequilíbrio financeiro do Estado";
2. sobre a dívida externa e o desenvolvimento da economia, foram realizadas reflexões dirigidas às suas possíveis soluções;
3. sobre a reforma do mercado de capitais, foram discutidas a sua crise e o problema da capitalização das empresas nacionais, sendo indicadas novas possibilidades de financiamento da economia;
4. e sobre a inserção do país na nova estratégia industrial e tecnológica, sinalizou-se com a implementação de uma política econômica e estratégia industrial, sendo pontuadas as diretrizes da política científica e tecnológica, os elementos do novo paradigma tecnológico e os novos vetores tecnológicos (microeletrônica, novos materiais e a biotecnologia).

Muitas destas propostas tornaram-se inspirações teórico-metodológicas para as reformas institucionais e para as políticas econômica e fiscal implementadas no governo de Collor e, principalmente, nos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso. Tais reformas tiveram como objetivo recriar um Estado normativo, adequado aos interesses das grandes corporações, à atuação de capitais externos e à inserção do país na competitividade imposta pela atual divisão internacional do trabalho. Nota-se, em geral, que a leitura da crise e as propostas de solução, conforme antes referido, apostavam na *modernização da economia e do Estado* – conjunto de alterações institucionais (econômicas, políticas e tecnológicas) que interferiam na construção da sociedade e do espaço. Tratava-se, portanto, da configuração de um novo projeto de modernização, anseio tão caro à realidade brasileira. Afinal, durante os anos de "desenvolvimentismo" e do "milagre econômico", as estratégias de industrialização estiveram dirigidas e encontraram a sua justificativa na

Terra-Livre-39.indd 101 22/07/2014 17:55:42

promessa de ingresso do país na modernidade (Velloso, 1990a, 1990b, 1990c, 1990d, 1990e). As consequências destas diretrizes – uma mudança profunda na relação sociedade, economia, Estado e espaço –, foram a constituição do mercado nacional e o acentuado processo de urbanização e de metropolização, num contexto marcado por profundas desigualdades regionais e exclusão social e espacial (Silva, 2002; Santos, 1993). No período analisado, a modernização, apresentada como solução para a crise econômica, consistia num conjunto de orientações ansiosas por modernidade, sem que se admitisse a necessidade de implementação de políticas voltadas à distribuição de riqueza e ao combate à pobreza (Souza,1992).

No contexto da atual modernização tecnológico-econômica, as propostas para a gestão do espaço e da sociedade se inscrevem no paradigma administrativo, que, segundo Ribeiro (2012), reúne um conjunto de práticas sociais, aí incluídas as científicas, que buscam interferir no presente, transformando a relação Estado-sociedade. Estas proposições, de cunho (neo)liberal, buscam criar reformas institucionais, seguindo orientações de eficiência e de eficácia provenientes da lógica empresarial. Estas análises, em geral, criticam as práticas políticas centralizadas pelo Estado, veiculando o esgotamento das possibilidades de se preservarem e ampliarem as garantias sociais conquistadas historicamente (Ribeiro, 1998, 2011). Salientamos, neste sentido, a necessidade de reflexão da economia política do país na atual fase do capitalismo (Marx, 1987), ou seja, a necessidade de um entendimento mais abrangente das questões econômicas, políticas e sociais, como um conjunto de questões que originam uma dada visão de mundo e de influências disciplinares.

A leitura da crise e as soluções decorrentes que alcançam a hegemonia influem no presente e orientam o futuro, inclusive como formas para o alcance de legitimidade dos grupos sociais dominantes (Ribeiro, 2013). A leitura da crise e as correlatas propostas de modernização pareciam, nos anos 1980 e 1990, restaurar a crença de que desenvolvimento econômico decorreria naturalmente do desenvolvimento social. A promessa de modernização e de desenvolvimento social já foi, aliás, bem analisada pela vertente acadêmica do pensamento crítico (O'Donnell, 1972; Santos, 1998; Ribeiro, 1994, 1996; Oliveira, 2009; Barcelar de Araújo, 1999).

Qual o papel da geografia na reflexão da crise e do neodesenvolvimentismo?

Acreditamos que a geografia tem a possibilidade de contribuir para a reflexão brasileira contemporânea da crise e das formas de transição para o crescimento econômico, conforme tentaremos demonstrar a seguir, nos limites deste artigo.

Terra-Livre-39.indd 102 22/07/2014 17:55:43

A ANÁLISE DO ESPAÇO COMO CAMINHO DE DESVENDAMENTO DA CRISE

O espaço geográfico, como um objeto de estudo científico e possibilidade de interpretação do real-concreto brasileiro, pode permitir a superação das leituras da crise que impõem leituras abstratas da formação social brasileira. A finalidade desta seção é, portanto, demonstrar como o espaço geográfico se comportou diante da crise e quais as condições territoriais de transição para o crescimento econômico sentido no período 2006-2011.

Em primeiro lugar, ressaltamos que entendemos o espaço como um dado do presente (contemporaneidade), em que técnicas, ambiente construído, ações, atores, intenções e práticas econômicas, políticas e sociais coexistem. O espaço pode ser apreendido, portanto, como um conceito constituído de sistema de ações e sistema de objetos tecnológicos (fixos e redes), conforme nos ensinou Santos (1993, 1994, 1996). O espaço como construção social é, então, resultante da modernização (material e cultural) que possibilita a inserção de novas intencionalidades (projetos, programas) em seus vínculos com a materialidade propiciada pela técnica (Santos, 1996; Bernardes, 1993, 2004, 2013; Silva, 2002, 2011).

O espaço, neste sentido, é a própria expressão da modernização efetivamente alcançada, conforme orientaram Santos e Silveira (2001): o espaço é a coexistência de todos os processos e de racionalidades dominantes e dominadas. O espaço, tomado como uma totalidade analítica, permite identificar contradições sociais, acordos, conflitos e territorialidades de agentes econômicos. É na leitura da relação entre sociedade e espaço que podemos identificar a realidade concreta brasileira e os caminhos para uma interpretação renovada da crise – esta realidade, que apresenta já na observação da paisagem o paradoxo entre inovação tecnológica e miséria. O movimento reflexivo e analítico, que permite caminhar-se da aparência (paisagem) para a análise do espaço (a existência), o que permite a apreensão da contradição profunda entre a incorporação de elementos da nova modernização na vida social (cultura de consumo globalizado e nas relações sociais)[4] no espaço, em pleno contexto de aprofundamento da exclusão social, decorrente, inclusive, da difusão de inovações tecnológicas.

4 É importante termos em mente a interdisciplinaridade entre a geografia e a sociologia. O reconhecimento de agentes, sujeitos, práticas e intencionalidades por meio de categorias sociológicas pode contribuir para o aprofundamento da análise das relações sociedade-espaço.

Terra-Livre-39.indd 103 22/07/2014 17:55:43

Nas linhas a seguir, tentaremos refletir um pouco mais sobre esta contradição, apresentando alguns exemplos que nos permitem ilustrar a análise desejada da relação crise-modernização-desenvolvimento.

MUTAÇÕES NO ESPAÇO, MODERNIZAÇÃO E ACIRRAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

Em pleno contexto de crise dos anos 1980 e 1990, identificou-se o seu reverso em alguns processos concretos contemporâneos. Durante a "década perdida" (anos 1980), houve, no Brasil, um grande dinamismo, por exemplo, no mercado de filmes em videocassete, que gerou bilhões de dólares para empresas eletro-eletrônicas e para firmas produtoras-distribuidoras de filmes, ao mesmo tempo em que o mercado nacional passava a atrair multinacionais do mesmo ramo (Silva, 1994). Velhas e novas firmas, produtoras e distribuidoras, concentravam-se nas grandes metrópoles brasileiras, estimulando o surgimento de novas atividades econômicas e de profissões. Citando outro exemplo: os shoppings centers constituem um fenômeno que emergiu em pleno contexto de crise. Inicialmente localizados nas áreas nobres das grandes cidades, hoje, se encontram dispersos em diferentes bairros das metrópoles, inclusive nos populares, assim como em cidades de porte médio (Pintaudi e Frúgoli, 1992). Outros estudos, por exemplo, referidos a São Paulo demonstram a expansão da urbanização e a simultânea desconcentração industrial a partir da Grande São Paulo. Tratava-se de um novo quadro de mutações engendrados pela atual modernização inscrita no movimento de reestruturação produtiva e de reorganização urbano-industrial da produção pós-fordista. Neste sentido, atividades e pessoas migraram para o interior do Estado de São Paulo, construindo um espaço modernizado, múltiplo e variado (urbanização de grande escala), embora a dispersão não tenha sido acompanhada de uma real descentralização da economia. Segundo Lencioni,

> esta dispersão expressa muito mais processos de centralização do capital que ocorrem através de associações, absorções e fusões de empresas e que, se utilizando de estratégias de multilocalização ou desenvolvendo a subcontratação industrial, conformaram um espaço industrial mais distendido (Lencioni, 1994, p. 8).

A metrópole de São Paulo, por sua vez, continua a comandar a gestão das empresas. O processo de centralização da metrópole continuava e quali-

Terra-Livre-39.indd 104 22/07/2014 17:55:43

ficava-se por meio da especialização do comércio e da instalação de serviços modernos. O espaço metropolitano, no contexto do novo papel da metrópole, incorporava elementos característicos das cidades globais, abrigando atividades de gestão empresarial e de produção de conhecimento: escritórios de administração das grandes corporações e de firmas de consultoria em reengenharia e marketing (Castro, 1998; Lencioni, 1994; Gonçalves, 1994; Campolina Diniz e Lemos, 1990; Negri e Pacheco, 1994). Estes serviços necessitavam de pouca mão de obra e de profissionais muito qualificados. Boa parte dos trabalhadores brasileiros estava excluída da onda modernizadora e modernizante, o que contribuiu para o aumento do desemprego e da pobreza nos espaços metropolitanos (Lipietz e Leborgne, 1988; Storper, 1990). A modernização, nas grandes ou médias cidades, era acompanhada de exclusão social, o que sustentava a interpretação que apontava para o caos e a anomia. O desemprego e a pobreza decorrentes da modernização anterior – a denominada modernização conservadora (período autoritário) –, aprofundados pela lógica da atual modernização e pela recessão econômica, podiam ser observados nos novos postos de trabalho que não absorviam os trabalhadores excluídos do mercado formal (Silva, 2002, 2011). Ao contrário, os espaços metropolitanos apresentavam alto nível de desemprego, num contexto marcado por desindustrialização e reestruturação urbano-metropolitana de produção, o que implicava em ampliação da periferização e da favelização e no aumento acentuado da indigência familiar (Ribeiro, 1996), além da emergência e da formação de uma nova problemática social: a população de rua. Os espaços urbano-metropolitanos possibilitaram, na década de 1990, a observação da coexistência da modernização e do acirramento da exclusão social, aumentando a violência e as formas ilícitas e ilegais de sobrevivência (sequestros, assaltos e tráfico de drogas (Souza, 1992)).

A modernização, neste sentido, inscreve os espaços na modernidade, gerando o estímulo crescente do consumo e o anseio pelo acesso à técnica (Ribeiro, 1994). O acesso ao crédito, igualmente, é um elemento importante, configurando elos entre o consumidor potencial e os agentes econômicos. Estes últimos buscam ampliar o acesso ao crédito por grupos de baixa renda, num contexto de construção simbólica e ideológica do consumidor, estimulado pela moda e pelo marketing. Mas o consumidor não é necessariamente um cidadão (Santos, 1987). Com efeito, quando refletimos sobre a crise brasileira, por meio da valorização do espaço, verificamos a sua natureza de crise social no contexto dos espaços urbanos e metropolitanos. Trata-se também de uma crise agrária, manifesta na falta de políticas que valorizam o pequeno e o médio agricultores, na arena política nacional, do Movimento dos Sem-Terra, em pleno contexto

Terra-Livre-39.indd 105 22/07/2014 17:55:43

de modernização do espaço agrícola no país (Bernardes, 1996, 2004, 2013; Alentejano, 2000). O que buscamos salientar, neste momento, é que a leitura da crise realizada por meio dos indicadores macroeconômicos não incorpora os processos da existência e das condições de vida dos homens, que podem ser incorporados a esta análise por meio de contribuição da geografia.

Neste sentido, concordamos com Santos, quando ele assim reflete sobre o teor da leitura da crise brasileira: "Há uma crescente despreocupação com o que eu chamaria de economia de campo, ou seja, a análise da problemática local, regional e nacional a partir de um conjunto de variáveis que definem a situação" (Santos, 1998, p. 91).

A geografia pode apoiar a compreensão da crise como um processo de transição entre fases, marcadas por diferentes formas de regulação das relações sociais e de formas de produzir. Trata-se de um novo patamar de modernização que aprofunda as desigualdades socioespaciais, principalmente nos países historicamente periféricos, como é o caso do Brasil (Egler, 1993, 1995). Na compreensão da realidade brasileira contemporânea, a ciência geográfica tem a oferecer conceitos e categorias pertencentes ao seu instrumental teórico-metodológico, entre os quais podemos destacar o conceito de espaço e as categorias escala e território. Devemos ressaltar aqui que não é objetivo desta seção analisar de forma profunda as diferentes abordagens destes instrumentos, mas apenas indicá-los como caminhos úteis ao desvendamento da crise brasileira.

A compreensão do espaço geográfico favorece a identificação e a análise da coexistência entre modernização e exclusão. O espaço surge, neste sentido, imediatamente, como forma em fragmentação, porém, tomando em empréstimo a reflexão de Castoriadis (1992), esta forma "não cai aos pedaços". O entendimento dos processos de totalização e fragmentação do espaço, identificados por muitos pelo binômio globalização-fragmentação, tem grande significado para a análise da coexistência de processos políticos, sociais, econômicos e culturais – coexistência que pode ser apreendida por meio da materialidade em transformação do ambiente construído. A análise do espaço oferece uma totalidade compreensiva, constituída de diferentes escalas: a escala mundo (globalização), a escala nacional, a escala regional (intranacional ou metropolitana) e a escala do lugar (as relações de proximidade, as vivências cotidianas. O entendimento do espaço em sua dimensão real-concreta, permite refletir até que ponto a crise econômica do país – econômica no seu aspecto conjuntural e no seu sentido crônico-estrutural –, é, de fato, uma crise social profunda, vivenciada em contextos socioespaciais. Além disso, a análise do espaço permite apreender as características atuais da modernização: inovações

Terra-Livre-39.indd 106 22/07/2014 17:55:43

tecnológicas, reestruturação produtiva, formas de organização da produção e do trabalho, processos de industrialização e de desconcentração industrial que modificam conteúdos da urbanização brasileira. A crise econômica pode ser analiticamente aproximada, portanto, de mutações observadas na regulação social e produtiva. Esta aproximação analítica permitirá aferir, provavelmente, que está longe a disfunção generalizada, desordem do sistema social, com o fim das instituições. A crise brasileira é, de fato, uma crise socioespacial que tem suas manifestações específicas em diferentes contextos e escalas. A crise não é de todos, não atinge todos os lugares, mas ocorre, sim, de forma seletiva. A consideração analítica do espaço permite levantar a hipótese de que as representações da crise econômica são, em grande parte, alarmistas. O trabalho com esta hipótese exige o aprofundamento da pesquisa dirigida às conseqüências sociais e espaciais do processo de modernização em curso.

1. Escala – a escala é uma velha categoria geográfica. Porém, sem dúvida, ainda é um grande instrumento para a compreensão da contemporaneidade considerar-se a escala geográfica, ou seja, a escala de análise do fenômeno e não simplesmente a escala cartográfica. A investigação da crise brasileira pressupõe o seu recorte fenomenológico, em diferentes escalas (mundial, nacional, sub-regional, intranacional e local). Em cada escala, a crise pode ser compreendida por meio da articulação de processos concretos, representações sociais e agentes, segundo impulsos globais (Ribeiro e Silva, 2004; Rodrigues, 1997; Silva, 2002). Neste sentido, na escala mundial ou nacional, a crise brasileira pode ser lida, de forma extremamente útil, a partir dos indicadores macroeconômicos e sociais. Esta leitura pode permitir a constatação de processos abrangentes, entretanto, há limites nos estudos de contextos específicos do reverso da crise (da não-crise) para determinados espaços e das conseqüências sociais e políticas da exclusão social no lugar. Daí, a importância do estudo das outras escalas: a sub-regional e a local, para o entendimento da crise e de sua relação com as condições de vida, com a experiência social. Deve-se ter em mente também as relações entre as escalas. Nem todos os processos (intenções e práticas) se explicam só pela análise de uma única escala, o que torna necessário, além do estudo escalar, a análise interescalar, já que processos globais ou nacionais articulam-se a interesses de agentes locais (Santos, 1994, 1998; Ribeiro e Silva, 2004).

No que se refere ao entendimento da atual modernização, é possível identificar a espacialidade ou territorialidade de agentes econômicos e do poder

Terra-Livre-39.indd 107 22/07/2014 17:55:43

público, em suas diferentes esferas. Vamos apresentar, a seguir, um exemplo referente às instituições públicas envolvidas na difusão da modernização. Trata-se da difusão do princípio das denominadas vantagens comparativas, que reflete a competição dos governos estaduais.

A MODERNIZAÇÃO TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA: A COMPETITIVIDADE

Nos anos 1990, observa-se um amplo processo de desconcentração espacial das plantas fabris do setor automotivo. A instalação de plantas do setor tem ocorrido, em geral, naquelas cidades que apresentam vantagens comparativas construídas pelo poder público nas esferas estatal e municipal. Vejamos alguns exemplos, a seguir.

Em 1997, a Renault oficializou a decisão de instalar sua planta em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, após negociações com o governo do Paraná, tendo como atrativos a proximidade com o porto de Paranaguá e o fácil acesso aos demais países do Mercosul. O sul do Brasil apresenta, neste contexto, condições preexistentes favoráveis, que, com apoio de incentivos fiscais, estimularam a instalação de montadoras e firmas de autopeças na região. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, com a criação pelo governo estadual do "Fundo Mega", que ofereceu recursos do Programa de Modernização Industrial (PROIM) para a Mercedes-Benz, atualmente, instalada em Juiz de Fora.

No contexto de reorganização espacial do setor automotivo, identificou-se a vantagem comparativa dos lugares decorrente da atuação estratégica de governos estaduais e de administrações municipais. A criação de incentivos tem permitido o menosprezo de outros elementos constituintes das vantagens comparativas, como a proximidade dos grandes centros urbanos (Dieese, 1998). Outro exemplo, ocorrido na década de 1990, consistiu na "guerra fiscal" travada entre os estados do Rio Grande do Sul e da Bahia pela instalação da montadora Ford. A Bahia ganhou esta disputa, com apoio dos governos federal e estadual, tendo a Ford anunciado, em julho de 1999, a instalação de sua planta fabril em Camaçari. Neste sentido, a desconcentração espacial do setor automotivo orientou-se por disputas regionais, por territorialidades construídas.

As políticas de incentivos fiscais têm envolvido a isenção e a redução de impostos, o adiamento de ICMS, ISS e IPTU, além da coparticipação em investi-

Terra-Livre-39.indd 108 22/07/2014 17:55:43

mentos e facilidades de infraestrutura, como doação de terrenos e construção de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias etc. (Dieese, 1998). A modernização contemporânea, como proposta genérica para a solução da crise econômica, apresenta processos novos que se inscrevem em novas práticas de modernização territoriais desenvolvidas por diferentes atores. O Estado, em suas diferentes esferas, tem assumido, cada vez mais, um conjunto de práticas dirigidas ao aumento da competitividade, ou seja, à produção de vantagens comparativas que estimulam a competição entre os lugares.

As corporações dos setores automotivo e siderúrgico, por sua vez, deslocam-se em busca das vantagens oferecidas. Trata-se da complexidade crescente da competição capitalista, que, para as empresas, adquire dimensões novas, vinculadas às operações e projetos negociados entre os diferentes agentes econômicos e Estado. A concentração geográfica dos investimentos, agora, tem menos peso pela redução dos custos da distância, pelas novas tecnologias implementadas. Os lugares que detêm articulações favoráveis entre Estado e corporação são os novos espaços da modernização, que podem ser tanto as cidades médias, que abrigam as novas plantas fabris, quanto as grandes metrópoles, incorporadas com suas redes técnicas modernas articuladas à gestão das grandes corporações (Santos, 1994).

Diante do que foi exposto, podemos concluir que a crise contemporânea assinalada na década de 1990, contribuiu para o surgimento de novos projetos e ações, marcados principalmente pela "guerra dos lugares" e pela disputa de projetos da dita Parceria Público-Privada. Na verdade, para a nova conjuntura precedente (décadas de 2000 e 2010), isto significa uma superação da crise, realizada sob a égide de um novo formato de pensar o desenvolvimento, pautado na super-atração de investimentos internacionais, em diversas áreas: industrial, comercial, turismo, logística etc. Isto faz com que ações apareçam, nos anos 2000-2011, expandindo-se no território nacional (Porto Açu, no Norte Fluminense (RJ); Posto Sul, em Ilhéus (BA); ampliação dos usos na Baía de Guanabara (RJ) e na Baía de Todos os Santos (BA); ampliação do Porto de Sepetiba (RJ), entre outras), o que representa a ampliação da fluidez de mercadoria ao alterar a infraestrutura de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, e possibilitar a expansão de plantas siderúrgicas e metalúrgicas, desenvolvendo a base de produção da indústria de base.

Neste processo de produção social do espaço, o envolvimento dos estados, municípios e governo federal tem sido central, embora o que vejamos seja o Estado, na maioria das vezes, menos precursor de projetos de desenvolvimento, pois vêm assumindo este papel as empresas e suas associações representativas

Terra-Livre-39.indd 109 22/07/2014 17:55:43

(tais como a FIRJAN, no Rio de Janeiro, segundo o documento intitulado *Mapa do Desenvolvimento Fluminense*). São as empresas, sobretudo as grandes corporações, que passaram a ditar os princípios de sua própria acumulação, como ensinou Mílton Santos (1998): trata-se do totalitarismo da globalização e das grandes empresas. São novos sentidos de pensar e impor o "projeto moderno", o projeto de futuro.

O Estado, nesse contexto, com feições neoliberais, age por meio de leis, normas, formas de gestão e de ação pública, fazendo garantir estes princípios, o que pode ser resumido na realização de certa estabilização geral dos salários dos trabalhadores e na redução dos investimentos sociais, quando comparados aos investimentos para as empresas. Ele encontra-se cada vez mais coercitivo na sua ação relacionada às seguranças econômica e social, para dar estabilidade aos investidores internacionais no país. A criminalização da pobreza, na concorrência capitalista global, tem sido uma marca da construção de uma espacialidade segura para garantir a atração de interesses econômicos. As ações governamentais seguem, assim, a proposta (neo)liberal de ajustes administrativo e fiscal, orientando a modernização do espaço.

A leitura do texto de Rodrigues (1997), que apresentou um quadro amplo das manifestações de empresários, secretários de Estado e governadores sobre intenções de investimentos para o período 1996-2000, esclareceu o caráter estratégico das políticas econômicas urbanas ou regionais inscritas também no atual patamar da modernização dos anos 2010. O denominado planejamento estratégico tem sido utilizado como instrumento que favorece a parceria entre governo e empresários, orientado por ideários de modernização e pelo aumento da competição entre lugares.

CONJUNTURA 2000-2010 – RESULTADOS DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE CRISE À NOVA ETAPA DO DESENVOLVIMENTISMO BRASILEIRO

Gostaríamos de ponderar aqui se alguns indicativos, discursos e ações do modelo de "saída da crise" e de inserção do Brasil na globalização deram certo, pelo menos à luz dos projetos dominantes. Um dos indicadores mais notáveis, na mídia e na leitura dos economistas (portadores do discurso dominante), das propostas de gestores e políticos é o crescimento vertiginoso do produto interno bruto do Brasil numa década (2000-2011) marcada pela crise econômica nos Estados Unidos e na Europa (vide Tabela 1).

Terra-Livre-39.indd 110 22/07/2014 17:55:43

Sabemos das implicações e dos limites da análise do PIB, mas, para o objetivo desta seção, buscamos utilizá-lo e analisá-lo a fim de compreender a conjuntura que supera o debate da crise para colocá-lo na euforia do debate referente ao Brasil como país emergente, na nova divisão internacional do trabalho. Neste sentido, os termos "neodesenvolvimentismo" e "nova etapa do desenvolvimento brasileiro" referem-se à ideia de processo de modernização, de entrada de investimentos, dos debates de superação da crise, de conjuntura marcada por indicadores que sintetizam o marco deste crescimento e da crença na superação do Brasil como "país de Terceiro Mundo" para "país emergente" (Monteiro, 2013). Aliás, se nos referirmos, hoje, aos termos "Terceiro Mundo" e/ou "subdesenvolvimento", parecerá que estamos ultrapassados, na linguagem contemporânea.

Na mídia e na literatura mais recente, há a crença no "Brasil, país emergente" e na importância dos BRICS (grupo composto de Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, África do Sul), que, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, corresponde a um grupo de países que vêm apresentando importante crescimento de renda no cenário internacional:

> O peso econômico dos BRICS é certamente considerável. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países representou 65% da expansão do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA ou o da União Européia. Para dar uma idéia do ritmo de crescimento desses países, em 2003, os BRICs respondiam por 9% do PIB mundial, e, em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul) totalizou US$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US$ 19 trilhões, ou 25%.[5]

De acordo com a Tabela 1, o produto interno bruto brasileiro, na ordem de 2,088 trilhões de dólares, tendo como marco expressivo o ano de 2006, representa, sem dúvida, os investimentos realizados pelo Estado, na lógica da "guerra dos lugares" – subsídios e financiamentos públicos às empresas, nas reformas, no ajuste da máquina pública e da previdência social a reduzir os di-

5 Itamaraty. Ministério das Relações Exteriores. "BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul". Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics, Acesso em janeiro de 2014.

Terra-Livre-39.indd 111 22/07/2014 17:55:43

reitos trabalhistas, no aumento dos juros e no investimento em infraestruturas fundamentais à fluidez do capital e das mercadorias, nos territórios nacional e internacional.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto em dólares – Brasil

Ano	PIB (US$)	Taxa de crescimento anual *(%)
1968	27.063.000.000	4,2
1970	33.876.000.000	8,8
1972	42.328.000.000	12,1
1974	105.136.000.000	14
1976	152.678.000.000	9,8
1978	200.801.000.000	3,2
1980	235.025.000.000	9,1
1982	281.682.000.000	0,6
1983	203.305.000.000	-3,4
1984	209.024.000.000	5,3
1986	268.137.000.000	8,0
1988	330.397.000.000	-0,1
1990	491.952.000.000	-4,3
1992	390.567.000.000	0,5
1994	546.233.000.000	5,3
1995	768.951.000.000	4,4
1996	839.683.000.000	2,2
1998	843.827.000.000	0,0
1999	586.863.000.000	0,3
2000	644.702.000.000	4,3
2002	504.221.000.000	2,7
2004	663.000.000.000	5,7
2006	1.089.000.000.000	4,0
2008	1.653.000.000.000	5,2
2009	1.594.000.000.000	-0,6
2010	2.088.000.000.000	7,5
2011	4.143.000.000.000	2,7
2012	4.403.000.000.000	0,9

* A taxa de crescimento é calculada levando-se em conta o ano antecedente.
OBS: Para reduzir o tamanho da tabela, optamos por fazer preferencialmente a sequência bianual.
Fonte: Banco Mundial, 2011. Fonte: http://www.worldbank.org/base - 1962-2010, e IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000342.pdf

Terra-Livre-39.indd 112 22/07/2014 17:55:43

O interessante é que, de fato, a geografia permite territorializar o processo de modernização, conforme vimos anteriormente, em décadas de crise. A construção social e espacial da transição ao novo desenvolvimento, pautada por discursos, projetos e ações – planejamentos econômicos estratégicos em diversos campos (trabalho, educação, previdência social, gestão econômica) –, do ponto de vista territorial (conforme vimos na seção dois, em que a crise é condição de novas inserções de modernização), não se dá igual em todo espaço brasileiro. Se alguns lugares agudizavam com a crise, outros ressurgiam ou surgiam por meio de fortes investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, reatualizando o Brasil na divisão internacional do trabalho. Esta talvez seja uma das explicações possíveis para compreender a ascensão do Brasil no contexto recente de queda acentuada do PIB de países como Espanha, Grécia, Itália e Reino Unido. O crescimento do PIB do Brasil inscreve-se nos contextos de crescimento da China e Índia, marcados principalmente pela atração de investimentos internacionais e por certa estabilidade garantida pelo Estado e pelo mercado interno, que estes países passaram a experimentar (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Produto Interno Bruto em dólares dos 25 países, em 2010, segundo o Banco Mundial

Lugar	País	PIB (USD)
—	Mundo	63 048 775 278 782
1	Estados Unidos	14 582 400 000 000
2	China	5 878 629 246 677
3	Japão	5 497 812 568 086
4	Alemanha	3 309 668 874 172
5	França	2 560 002 000 000
6	Reino Unido	2 246 079 096 749
7	Brasil	2 087 889 553 822
8	Itália	2 051 412 153 370
9	Índia	1 729 010 242 154
10	Canadá	1 574 052 204 913
11	Rússia	1 479 819 314 058
12	Espanha	1 407 405 298 013
13	México	1 039 661 515 603
14	Coreia do Sul	1 014 483 158 314
15	Países Baixos	783 413 245 033

Fonte: http://www.worldbank.org/base - 2010, http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_nominal

Terra-Livre-39.indd 113 22/07/2014 17:55:43

Houve, de fato, uma euforia presente na mídia e entre os intelectuais que veneravam o "crescimento econômico" brasileiro, quando, em 2010, o Brasil assumiu o sétimo lugar no *ranking* mundial, de acordo com o Banco Mundial. Outra posição de destaque, que elevou o Brasil a lugar de prestígio no espetáculo da economia, constou nas fontes do FMI: o país saiu da 14ª posição de prestígio junto ao FMI, em 2010, com uma cota de 1,79%, passando para 2,31% de sua cota de contribuição, estando assim na 10ª posição, em 2011.

Tabela 3 – Posição dos países no Fundo Monetário Internacional, segundo cota de contribuição (2010-2011)

	2010*		2011*	
Ordem	**Países**	**Cotas (%)**	**Países**	**Cotas (%)**
1º	Estados Unidos	17,70	Estados Unidos	17,40
2º	Japão	6,57	Japão	6,46
3º	Alemanha	6,12	China	6,39
4º	Reino Unido	4,51	Alemanha	5,58
5º	França	4,51	Reino Unido	4,22
6º	China	4,00	França	4,22
7º	Itália	3,31	Itália	3,16
8º	Arábia Saudita	2,94	Índia	2,75
9º	Canadá	2,68	Rússia	2,70
10º	Rússia	2,50	Brasil**	2,31
11º	Índia	2,45	Canadá	2,31
12º	Holanda	2,17	Arábia Saudita	2,09
13º	Bélgica	1,94	Holanda	1,82
14º	Brasil	1,79	Bélgica	1,34

Fonte: FMI 2011

* Fonte dos dados: <http://correiodobrasil.com.br/sexto-pib-mundial-brasil-avanca-no-fmi-mas-ainda-e-so-o-decimo/ 347829/>

A posição do Brasil na DIT (divisão internacional do trabalho) representa um rearranjo da lógica capitalista, da nova geoeconomia política na escala global e de sua nova posição de país dependente, receptor de recursos do FMI, para financiador de países em crise. A estrutura desta nova conjuntura político-econômica e espacial do desenvolvimento deve ser identificada como um acirramento da globalização no país, visto que boa parte deste crescimento se deve à inserção de capitais internacionais articulados aos capitais nacionais e

Terra-Livre-39.indd 114 22/07/2014 17:55:43

à chamada Parceria Público-Privada, que, na maioria das vezes, representa as intencionalidades das empresas, por serem as mesmas produtoras dos projetos privados, sendo que no Estado predomina a sua forma coercitiva de impor aos habitantes dos lugares a construção das próteses – projetos modernizadores – de forma veloz e eficaz. Vale também aprofundar as políticas econômicas que vêm orientando este crescimento do PIB, entre as quais podemos destacar: o aumento de atividades de serviços e privatizações de serviços públicos e as tendências de oligopolização de mercados, ligados às grandes obras, serviços de logística e indústrias de base, entre outras. Compreender, ainda, como essas modernizações vêm ampliando a desigualdade social e espacial, as novas formas de conflitos, de fragmentação socioterritorial e de destruição das histórias dos lugares (em áreas costeiras, com pescadores e quilombolas, em áreas indígenas) são os desafios que fogem aos limites das páginas deste artigo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma dificuldade de reflexão sobre a economia política da realidade brasileira, na atual fase do capitalismo, decorrente da aceitação do modelo econômico hegemônico sem que ocorra a busca de alternativas que reflitam uma outra visão de mundo e de desenvolvimento. A crise, neste sentido, foi tomada como justificativa para o alcance de outros fins: a difusão dos princípios do projeto de modernização vigente. Assim, foi no interior da crise brasileira dos anos 1990 que emergiram as condições (projetos, discursos ideológicos, ações e formas de gestão) formatadoras do novo desenvolvimento – posto pelos dados estatísticos mais gerais e neodesenvolvimento, e marcado pelas ações do Estado na garantia de atrair investimentos internacionais.

É necessário refletir sobre a atual "teoria da modernização", que parece abandonar a totalidade das propostas provenientes das teorias de identidade nacional, tão marcada nos períodos de Vargas, de JK e da Ditadura Militar. Assume-se, agora, que a finalidade do desenvolvimento é a maximização da riqueza material frente à inserção do país na escala global. Por isso, o neodesenvolvimentismo apóia-se no discurso e em algumas constatações singulares de realização de "geração de emprego" e de investimentos sociais, no aumento de impostos e na projeção internacional do país. O discurso ideológico do Estado frágil é cada vez menor ou não verdadeiro, pois as ações estatais estão cada vez mais eficazes, com forte investimento econômico de empresas e bancos estatais (como o BNDES), com a atração de investimentos e com a resolução

Terra-Livre-39.indd 115 22/07/2014 17:55:43

rápida das licenças ambientais para os grandes empreendimentos e obras de logística. A grande diferença dos períodos de auge anteriores (Vargas, JK e governos militares) é que o Estado deixou de ser o formulador do projeto de território-nação, ficando à mercê, cada vez mais, dos interesses das empresas. Seu discurso repete as intencionalidades e justificativas das empresas. Estamos orientados por uma visão hegemônica de mundo, como ensinaram Gramsci (1988) e Castoriadis (1992) a respeito da construção da realidade instituída pelos interesses dominantes. Esta visão tem determinado as estratégias de difusão de tecnologias, as políticas de emprego e de redução dos direitos trabalhistas e previdenciários em direção à reestruturação do espaço.

Ora, visões de mundo são criadas e justificadas também pelas ciências humanas, interferindo na construção do presente e do futuro. A geografia, com seu instrumental teórico e metodológico, pode contribuir para desvendar a verdade (científica) a respeito da crise e do neodesenvolvimento brasileiros, apontando atores, processos, lugares que ganham ou perdem com a modernização. Neste sentido, o olhar geográfico pode construir uma visão mais abrangente dos processos de modernização, orientando a reflexão da economia política do país.

De fato, a tarefa não é fácil. Estamos experimentando, na história do tempo presente, os labirintos da modernização (práticas e intenções) e sua sedução, em que somos objeto – pois experimentamos os frutos da modernização – e, concomitantemente, sujeitos do conhecimento potencial. Daí, é fundamental compreender a geografia do presente para a construção e reconstrução do pensamento crítico que leia a totalidade e os interstícios das formas de racionalização econômico-política e da vida coletiva, conforme muito nos ensinou a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo R. R. "O que há de novo no rural brasileiro?" In: *Terra livre*, São Paulo, v. 15, p. 87-112, 2000.

ARAÚJO, T. Barcelar de. "Dinâmica regional brasileira nos anos 90: rumo à desintegração competitiva." In: CASTRO, I. E. de et al (orgs.). *Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 73-91, 1999.

BELUZZO, L. G. de M. "Prefácio". In: OLIVEIRA, C. A . B. de e MATOSO, J. E. L. (orgs.). *Crise e trabalho no Brasil: modernização ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, p. 9-20, 1996.

Terra-Livre-39.indd 116 22/07/2014 17:55:43

BERNARDES, Júlia Adão. "As estratégias do capital no Complexo da Soja." In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 326-366, 1996.

_____. "Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso." In: *Terra Livre*, São Paulo, v. 21, p. 157-167, 2004.

_____. "Novas fronteiras no setor sucroenergético brasileiro: estratégias e contradições." In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (orgs.). *Espaço e energia: mudanças no setor sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 250-272, 2013.

CAMPOLINA DINIZ, C. e LEMOS, M. B. "Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil." In: *Revista IPEA*. Brasília: IPEA/IPLAN, v. 3, p. 161-199, 1990.

CASTORIADIS, C. *O mundo fragmentado: encruzilhadas do labirinto*. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

CASTRO, A. B. de. "Limitações e potencialidades da safra de investimento." In: MINEIRO, A . dos Santos; ELIAS, l. A. e BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 129-140, 1998.

CHESNAIS, F. "A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira." In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, v. 52, p. 21-53, novembro de 1998.

CORAZZA, G. *Teoria econômica e Estado: de Quesnay a Keynes*. Porto alegre: FEE, n. 11, p. 35-54, setembro de 1986.

DOMINGUES, J. M. *Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIEESE. *Diagnóstico do complexo metal-mecânico brasileiro* (relatório). São Paulo: DIEESE / Confederação Nacional de Metalúrgicos, p. 69-118, 1998.

EGLER, C. A. G. *Crise e questão regional no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP (Tese de doutorado em ciências: economia). 312 p., 1993.

_____. "Questão regional e gestão do território no Brasil." In: CASTRO, I. E. de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 207-138, 1995.

_____. "Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil". In: CASTRO, I. E. de et al. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 185, 1996.

Terra-Livre-39.indd 117 22/07/2014 17:55:43

FURTADO, Celso. "Há risco de uma ingovernabilidade crescente." In: MINEIRO, A. dos Santos; ELIAS, l. A. e BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, p .11- 24, 1998.

GONÇALVES, M. F. "Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista." In: *Espaço e debates*. São Paulo: Neru, ano XIV, n. 38, p. 39-53, 1994.

GRAMSCI, A . *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª edição, 1988.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HABERMAS, J. A *crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

IBGE. Notícias: Em 2012, PIB cresce 0,9% e totaliza R$ 4,403 trilhões. Disponível < http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2329 > Consulta em janeiro de 2013.

ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. *BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics. Consulta em janeiro de 2013.

LENCIONI, S. "Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada." In: *Espaço e debates*. São Paulo: Neru, ano XIV, n. 38, p. 54-61, 1994.

LIPIETZ, A . e LEBORGNE, D. "O pós-fordismo e seu espaço." In: *Espaço e debates*. São Paulo: Neru, n. 25, ano VIII, p. 12-29, 1988.

KEYNES, John Maynard. *General Theory of Employment, Interest and Money*, The. London: Macmillan Press; New York: St. Martin's Press, 1936.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. volume III, 5ª edição. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

MONTEIRO, Simone R. da R. P. *Neodesenvolvimentismo no contexto brasileiro e as novas configurações da proteção social: uma análise da política de assistência social*. Niterói: UFF. (Mimeo), 2013.

NEGRI, B. e PACHECO, C. A . "Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dinâmica espacial da indústria paulista". In: *Espaço e debates*. São Paulo: Neru, ano XIV, n. 38, p. 62-82, 1994.

O'DONNELL, G. *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires: Paidos, 1972.

OLIVEIRA, F. *El neoatraso brasileño: los processos de modernización conservadora, de Getúlio Vargas a Lula*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno & CLACSO, 2009.

Terra-Livre-39.indd 118 22/07/2014 17:55:44

PINTAUDI, S. M. e FRÚGOLI Jr, H. (orgs.). *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: ed. UNESP, 1992.

RIBEIRO, A. C. T. "Relações sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo." In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XII, n. 2, p. 107-125, ago-dez. 1998.

_____. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: JOBRAN, 1996.

_____. "Reforma urbana nos limites da modernização." In: *Espaço e Debates*, São Paulo: Neru n. 37, p. 101-105, 1994.

_____. "Território da sociedade: por uma cartografia da ação." In: SILVA, Cátia. A. da (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*, Rio de Janeiro: Lamparina, p. 19-51, 2011.

_____. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

_____ & SILVA, C. A. da. "Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo." In: RIBEIRO, Ana C. et al. (orgs.). *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2004.

RODRIGUES, D. A. "Cenários de desenvolvimento regional." In: *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDES, n. 7, junho de 1997.

SANTOS, Mílton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. "A grande crise já se instalou." In: MINEIRO, A. dos Santos; ELIAS, l. A. e BENJAMIN, C. (orgs.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 141-160, 1998.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

_____. e SILVEIRA, M. L. S. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHUMPETER, Joseph. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, C. A. da. *Novas relações entre espaço, técnica e cultura: filmes em videocassete e vida urbana* (Tese de mestrado). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1994.

Terra-Livre-39.indd 119 22/07/2014 17:55:44

_____. *Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno: secularização e sociedade, modernização e espaço*. Rio de Janeiro. PPGG/UFRJ (Tese de doutorado em ciências: geografia humana). 345 p., 2002.

_____. "Economia política do território: desafios para pensar a metrópole." In: SILVA, Cátia. A. da (org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*, Rio de Janeiro: Lamparina, p. 19-51, 2011.

STORPER, M. "A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo." In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (orgs). *Reestruturação urbana; tendências e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, p. 120-147, 1990.

VELLOSO, J. P. dos R. (org). "A crise brasileira e a modernização da sociedade." In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990a.

_____. (org). "Dívida externa e desenvolvimento." In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990b.

_____. (org). "O Brasil e a nova economia mundial." In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990c.

_____. (org). "Crise do Estado e retomada do desenvolvimento." In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990d.

_____. (org). "Brasil: agenda para sair da crise, inflação e déficit público." In: *Anais do Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990e.

Terra-Livre-39.indd 120 22/07/2014 17:55:44